

## ÍNDICE

### **ALFÂNDEGAS PORTUGUESAS, NO CONTEXTO DO DIREITO ADUANEIRO**

**COMUNITÁRIO** ..... 13

Carlos Vicente

Bibliografia ..... 22

### **CÓDIGO CONTRIBUTIVO, INTERMITÊNCIA E FALSO TRABALHO INDEPENDENTE**

Catarina Martins

1. Introdução ..... 25

2. Intermitência ..... 26

3. Trabalhadores Independentes ..... 27

4. Conclusão ..... 29

### **AVALIAÇÃO INDIRECTA DA MATÉRIA COLECTÁVEL**

Fonseca Carvalho

1. Avaliação Indirecta da Matéria Colectável ..... 33

2. Procedimento de Revisão ..... 39

3. Procedimento Relativo às Manifestações de Fortuna - Processo Urgente ..... 40

4. Problema Relativo à Violação do Princípio Ne Bis in Idem ..... 41

5. Conclusão ..... 42

Bibliografia ..... 42

## **EM TORNO DA EFECTIVAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS GERENTES - ALGUMAS NOTAS MOTIVADAS POR JURISPRUDÊNCIA RECENTE .. 43**

Francisco Rothes

Bibliografia ..... 64

## **DO TAX TREATIES RESTRICT THE APPLICATION OF ANTI-AVOIDANCE PROVISIONS?**

Francisco de Sousa da Câmara e José Almeida Fernandes

1. Summary and conclusions ..... 67

2. Part One - Domestic anti-avoidance provisions with an international scope ..... 69

2.1 General overview ..... 69

2.2 General anti-avoidance provisions with international focus or effect ..... 70

2.3 Specific anti-avoidance provisions with international focus or effect ..... 71

2.4. The relationship between Domestic Anti-Avoidance Rules  
and Double Tax Treaties ..... 75

2.4.1. Treaties take precedence over domestic law ..... 75

2.4.2. How domestic anti-avoidance rules interact with or complement  
double tax treaties ..... 76

3. Abuse of the tax treaty itself: domestic law principles or interpretation  
of the treaty? ..... 81

4. Part Two - General and specific anti-avoidance provisions in tax treaties ..... 86

4.1 General overview ..... 87

4.2 Specific treaty provisions allowing application of domestic  
anti-avoidance provisions ..... 87

4.3 General anti-avoidance provisions in tax treatie ..... 89

4.4 Specific anti-avoidance provisions in tax treaties ..... 90

5. Part three – relationship with ec law ..... 92

Bibliografia ..... 95

## **OS ACORDOS SOBRE TROCAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS AO SERVIÇO DAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA**

Glória Teixeira

Introdução ..... 99

Princípios aplicáveis ..... 100

O princípio da transparência ..... 101

O princípio da reciprocidade ..... 102

O princípio da proporcionalidade ..... 102

As modalidades de trocas de informações ..... 103

A evolução legislativa ..... 105

Conclusões ..... 107

## **AS NORMAS ANTI-ABUSO E A TRIBUTAÇÃO EFECTIVA DOS DIVIDENDOS**

Jaime Carvalho Esteves

1. Introdução ..... 111

2. A Tributação dos Dividendos ..... 112

3. O Fenómeno do Abuso Fiscal ..... 115

4. A (Prévia) "Tributação Efectiva" dos Dividendos ..... 115

5. O Conceito de "Tributação Efectiva" ..... 117

6. Âmbito de Incidência Subjectiva ..... 119

7. Âmbito de Incidência Subjectiva nas Situações Domésticas ..... 121

8. Nível de Tributação Efectiva ..... 122

9. Natureza da Tributação Exigida ..... 124

10. Actividades Mistas ..... 125

11. Entidade na qual se apura a "Tributação Efectiva" ..... 127

12. A Segregação do Lucro Distribuído ..... 128

13. Procura de uma Interpretação Conforme ..... 130

14. O caso de Espanha ..... 131

14.1 Dupla Tributação Económica Doméstica ..... 131

14.2 Dupla Tributação Económica Internacional ..... 132

14.3 Notas conclusivas ..... 133

15. As (Previsíveis) Reacções do Legislador, da Administração Tributária  
e dos Sujeitos Passivos ..... 134

16. Conclusão ..... 135

Bibliografia ..... 136

## O MITO DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO REAL

João Sérgio Ribeiro

|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| 1. Conceito de Rendimento Real.....                   | 141 |
| 2. Debilidades do Conceito de Rendimento Real.....    | 142 |
| 2. Rendimento Real e Constituição.....                | 143 |
| 4. Alternativas à Tributação do Rendimento Real ..... | 144 |
| Bibliografia .....                                    | 146 |

## ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO IRC DECORRENTES DO NOVO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

José de Campos Amorim

|                                                                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. A entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) .....                                                                        | 149 |
| 2. Características do SNC .....                                                                                                                         | 150 |
| 3. Relação entre a Contabilidade e a Fiscalidade.....                                                                                                   | 152 |
| 4. Alterações Terminológicas .....                                                                                                                      | 153 |
| 5. Implicações fiscais decorrentes da NCRF 19 - Contratos de construção.....                                                                            | 155 |
| 6. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 20 - Rédito de Vendas<br>de Bens, de Prestações de Serviços, de Juros, de Dividendos<br>e de Royalties ..... | 157 |
| 7. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 18 - Inventários .....                                                                                       | 160 |
| 8. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 7 - Activos Fixos Tangíveis.....                                                                             | 162 |
| 9. Implicações fiscais decorrentes da NCRF 11 - Propriedades de investimento ...                                                                        | 166 |
| 10. Implicações fiscais decorrentes da NCRF 12 - Imparidade de activos .....                                                                            | 168 |
| 11. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 8 - Activos Não correntes<br>Detidos para Venda .....                                                       | 171 |
| 12. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 6 - Activos Intangíveis.....                                                                                | 172 |
| 13. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 10 - Custos de Empréstimos<br>Obtidos .....                                                                 | 173 |
| 14. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 28 - Benefícios dos Empregados....                                                                          | 174 |
| 15. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.....                                                                          | 176 |
| 16. Implicações Fiscais Decorrentes da NCRF 14 - Concentrações de<br>Actividades Empresariais .....                                                     | 178 |

|                     |     |
|---------------------|-----|
| 17. Conclusão ..... | 180 |
| Bibliografia .....  | 181 |

## EMPREENDEDORISMO PRODUTIVO, IMPRODUTIVO E DESTRUTIVO

José Neves Cruz

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....                                                                                       | 185 |
| 2. Formas de Empreendedorismo .....                                                                       | 186 |
| 3. O que faz um empreendedor? .....                                                                       | 187 |
| 4. Contra prova empírica.....                                                                             | 191 |
| 5. A influência das "Regras do Jogo".....                                                                 | 193 |
| 5.1. O caso do combate ao empreendedorismo improdutivo<br>na regulação do planeamento fiscal abusivo..... | 196 |
| 5.2. O caso do empreendedorismo destrutivo no crime organizado .....                                      | 199 |
| 6. A urgência de instituições propícias ao empreendedorismo produtivo .....                               | 200 |
| 7. Suma.....                                                                                              | 201 |
| Bibliografia .....                                                                                        | 204 |

## REVERSÃO - NOTAS PRÁTICAS

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| José Pedro Carvalho ..... | 207 |
|---------------------------|-----|

## FISCALIDADE E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Lígia Carvalho Abreu

|                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução.....                                                       | 235 |
| 2. Algumas Considerações sobre os Problemas Ambientais em Portugal ..... | 236 |
| 3. Reforma fiscal ambiental.....                                         | 238 |
| 4. Limitações de uma reforma fiscal ambiental .....                      | 243 |
| Bibliografia .....                                                       | 245 |

## O ABUSO DE CONFIANÇA FISCAL E CONTRA A SEGURANÇA SOCIAL NA EMERGÊNCIA DA CRISE ECONÓMICA

Mário Ferreira Monte

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. A relação entre o Estado e as empresas no contexto de crise económica ..... | 249 |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2. O crime de abuso de confiança tributária: legitimação e causas de justificação.....                                      | 251 |
| 3. As recentes alterações legislativas e o posicionamento da jurisprudência ...                                             | 253 |
| 4. Considerações finais a propósito do Acórdão n.º 8/2010 de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal d e Justiça..... | 268 |
| Bibliografia .....                                                                                                          | 271 |

### **A CRIAÇÃO DE UM IMPOSTO EUROPEU SOBRE SOCIEDADES E OUTROS IMPOSTOS EUROPEUS**

Miguel C. Reis

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução.....                                                     | 275 |
| 2. O financiamento da UE – Factos Históricos Relevantes .....          | 275 |
| 3. O Financiamento da UE – Actualidade .....                           | 279 |
| 4. A criação de um imposto europeu sobre os lucros das sociedades..... | 281 |
| 5. Outros Impostos Europeus.....                                       | 284 |
| 5.1 O ITF e o IAF .....                                                | 284 |
| 5.2 O IVA Europeu .....                                                | 285 |
| 5.3. O Imposto Europeu sobre os Produtos Energéticos.....              | 286 |
| 5.4 Leilões de Quotas de Emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE) .   | 287 |
| 5.5 Taxas Europeias sobre os Transportes Aéreos.....                   | 287 |
| Bibliografia .....                                                     | 288 |

### **O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011 - IMPACTO AO NÍVEL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS .....**

Rui Dinis Nascimento

### **A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA**

Rui Ribeiro Pereira

|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução.....                                                    | 303 |
| 2. O Regime da Arbitragem em Matéria Tributária.....                  | 305 |
| 3. Reflexões sobre o Regime da Arbitragem em Matéria Tributária ..... | 317 |
| Bibliografia .....                                                    | 328 |